

- Tostões, A. (2013) *Arquitetura Moderna em África. Angola e Moçambique* (Edição de autor, Lisboa).
- UN-HABITAT (2007) *Perfil do sector urbano em Moçambique* (UN-HABITAT, Nairobi).
- UN-HABITAT (2010) *The state of African cities 2010. Governance, inequality and urban land markets* (UN-HABITAT, Nairobi).
- Vanin, F. (2013) *Maputo, Cidade aberta. Investigação sobre uma capital africana* (Fundação Serra Henriques, Lisboa).
- Viana, D. L. (2009) 'Maputo: transformación de una estructura urbana de origen portugués. Una contribución para la recalificación del espacio urbano', *Ciudades* 12, 233-41.
- Viana, D. L. e Oliveira, V. (2014) 'Combining different morphological approaches in the study of Maputo', *21st International Seminar on Urban Form*, Porto, 3 a 6 de Julho.

Regiões morfológicas: a aplicabilidade de um conceito da morfologia urbana na prática de planeamento municipal

Vítor Oliveira, CITTA – Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Rua Roberto Frias 4200-465 Porto, Portugal. E-mail: vitorm@fe.up.pt e **Cláudia Monteiro** CM Arquiteta, Rua do Lindo Vale 435, Porto, Portugal. E-mail: aclauidiamonteiro@inbox.com

Para a grande maioria dos 308 municípios Portugueses o Plano Diretor Municipal (PDM) é o principal, e em muitos casos o único, instrumento de planeamento e gestão urbanística. O planeamento e a gestão territorial, enquadrados pelo PDM, assentam normalmente num mecanismo de zonamento. Na esmagadora maioria dos casos este mecanismo, que consiste em definir diferentes zonas para as quais posteriormente se estabelecem diferentes regras de transformação urbana, tem por base um único critério, os usos do solo. Ou seja, as zonas definidas no plano têm por base uma delimitação funcional e um dos seus objetivos fundamentais, em termos de transformação futura, é separar ou misturar diferentes usos do solo.

As desvantagens de uma excessiva divisão funcional têm sido evidenciadas ao longo das últimas décadas. No entanto, se a tendência para uma separação funcional tem vindo a dar lugar a uma maior propensão para a mistura de usos (desde que compatíveis), o mecanismo de zonamento com base num critério de uso do solo permaneceu praticamente inalterado. Enquanto a questão funcional é plenamente abordada por este mecanismo, ele pouco ou nada regula em termos de forma e de estrutura urbana – dois elementos com uma maior permanência na 'vida' da cidade do que o elemento funcional que, em geral, se transforma mais rapidamente.

Como em muitos municípios Portugueses, a qualidade do espaço urbano na cidade do Porto foi progressivamente diminuindo ao longo das últimas décadas. Apesar da existência de um mecanismo de zonamento funcional não ser o

único fator que levou a esta perda de qualidade, ele constituiu um contributo fundamental. Em 2006 é aprovado um novo PDM que constitui um marco de viragem na história urbanística recente da cidade do Porto e um caso singular na prática de planeamento Portuguesa (Oliveira, 2006). O plano, que está atualmente em vigor, baseia-se numa cuidadosa análise da cidade, realizada rua a rua, parcela a parcela. Esta análise conduziu à identificação de dez tipos de 'tecidos urbanos', com base nos edifícios existentes (e, de modo indireto, nas parcelas e ruas). Para cada um desses tecidos o PDM define um conjunto de regras que a autarquia e cada ator privado têm de cumprir no processo de transformação da cidade, em particular nos processos de loteamento e de licenciamento. Estas regras, que variam de tecido para tecido, consistem em aspetos muito simples, como o cumprimento de alinhamentos, a manutenção de uma cêrcea dominante ou o estabelecimento de uma cêrcea inferior à largura da rua em que o edifício se insere, entre outros. Oito anos passados sobre a ratificação do PDM é possível fazer uma avaliação muito positiva do processo de implementação do plano (Oliveira *et al.*, 2014). No entanto, pode-se perguntar se é possível fazer ainda melhor. Mais concretamente: poderá o campo científico da Morfologia Urbana dar um sólido contributo ao modo como se pensa e planeia a dimensão física da cidade do Porto?

A relação entre investigação científica e prática profissional é um dos temas do debate atual na área da Morfologia Urbana. Nesse sentido, tem vindo a ser discutida a aplicabilidade de teorias, conceitos e métodos morfológicos na



Figura 1. Identificação da área de estudo na cidade do Porto.

prática de planeamento. Um desses conceitos é a ‘região morfológica’ (*morphological region*). O conceito de ‘região morfológica’ como uma área morfológicamente homogênea (em termos de plano / planta de cidade, tecido edificado e uso do solo) e como tal distinta das áreas que a envolvem, e o método de ‘regionalização morfológica’ (*morphological regionalization*) como um instrumento para reconhecer e delimitar essas áreas foram desenvolvidos por M. R. G. Conzen entre o final da década de 50 e o final dos anos 80 (ver, por exemplo, Conzen, 1960, 1975). Ao longo das últimas décadas, o conceito tem sido aplicado, em diferentes partes do mundo, na investigação morfológica e, em casos excepcionais, na prática de planeamento (Whitehand, 2009).

O objetivo fundamental desta Perspetiva é contribuir para uma discussão sobre a aplicabilidade do conceito de região morfológica nos Planos Diretores Municipais que estão a ser preparados em Portugal. Utiliza-se um caso de estudo na cidade do Porto, integrado num projeto de investigação recentemente concluído, financiado pelo *International Seminar on Urban Form* (ISUF) (Oliveira *et al.*, 2015). Nesta nova análise do caso de estudo identificam-se semelhanças e diferenças entre o zonamento tipológico presente no PDM do Porto e um hipotético zonamento elaborado a partir do conceito de região morfológica. O caso de estudo inclui doze quarteirões que conformam a Rua de Costa Cabral, entre a Praça do Marquês e a Via de Cintura Interna / VCI (Figura 1).

A Figura 2 apresenta o zonamento do PDM para esta área de estudo. O plano identifica cinco zonas: Área de Frente Urbana Contínua Consolidada, Área de Frente Urbana Contínua em Consolidação, Área de Habitação de Tipo Unifamiliar, Área de Edificação Isolada com Prevalência de Habitação Coletiva e, por fim, Área de Equipamento Existente.

A regionalização morfológica desta mesma área, desenvolvida no âmbito do projeto de

investigação, organiza-se em 14 regiões. Ao contrário do conceito de ‘zona’ presente no PDM o conceito de ‘região’ implica uma continuidade física pelo que duas áreas com características morfológicas semelhantes separadas fisicamente são classificadas como duas regiões distintas. No sentido de potenciar as condições de comparabilidade entre as duas abordagens elaborou-se a Figura 3 que classifica como uma mesma zona regiões com características semelhantes, ainda que separadas fisicamente. Assim, o mapa da Figura 3 organiza-se em oito zonas: Ocupação Linear, Área de Edifícios Geminados – Alta Densidade, Área de Edifícios Geminados – Média Densidade, Área de Edifícios Geminados – Baixa Densidade, Área de Habitações de Três Frentes, Área de Habitações de Quatro Frentes, Área de Habitação Coletiva (Blocos de Apartamentos) e, por fim, Cintura Periférica.

Uma análise comparativa das figuras 2 e 3 revela que, apesar do diferente número de zonas identificadas em cada um dos dois zonamentos e das diferentes designações adotadas para cada uma dessas zonas, estamos perante dois sistemas de classificação muito próximos.

No entanto, existem duas diferenças fundamentais. A primeira prende-se com a especificidade do método de regionalização morfológica. O ponto de partida para a identificação das regiões morfológicas é a estrutura histórico-geográfica da paisagem urbana. Isto significa que se trata de uma leitura não apenas das formas urbanas existentes no território aquando desse exercício, mas também da história urbana do território e, portanto, daquilo que é estrutural. De algum modo, isto explica as diferenças nas duas propostas de zonamento para a Rua de Costa Cabral. Enquanto no segundo caso (regiões morfológicas) a rua é entendida como um todo interrompido pontualmente junto à Rua Silva Tapada (presença de conjuntos de habitação coletiva de grandes

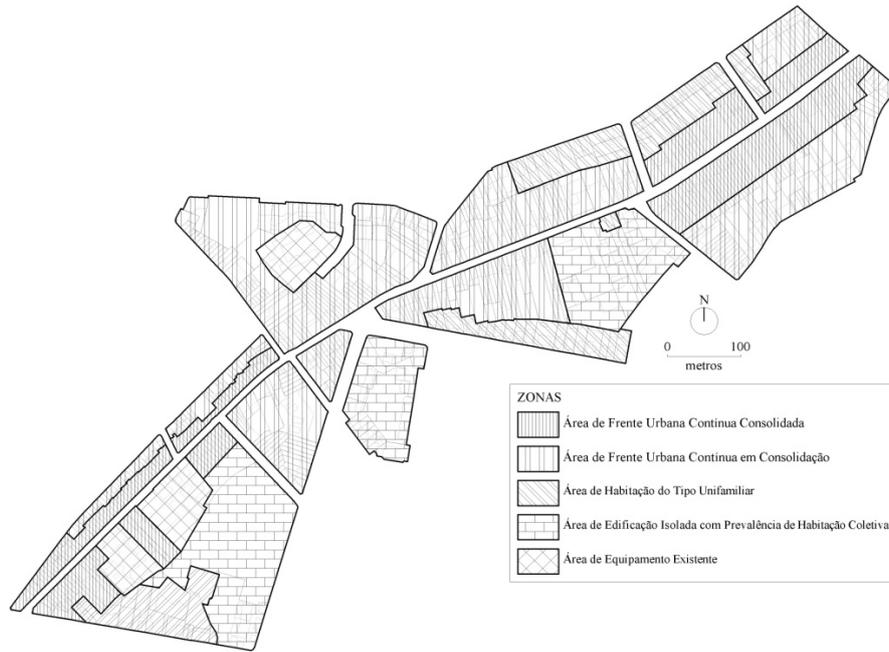


Figura 2. Zonamento do Plano Diretor Municipal.

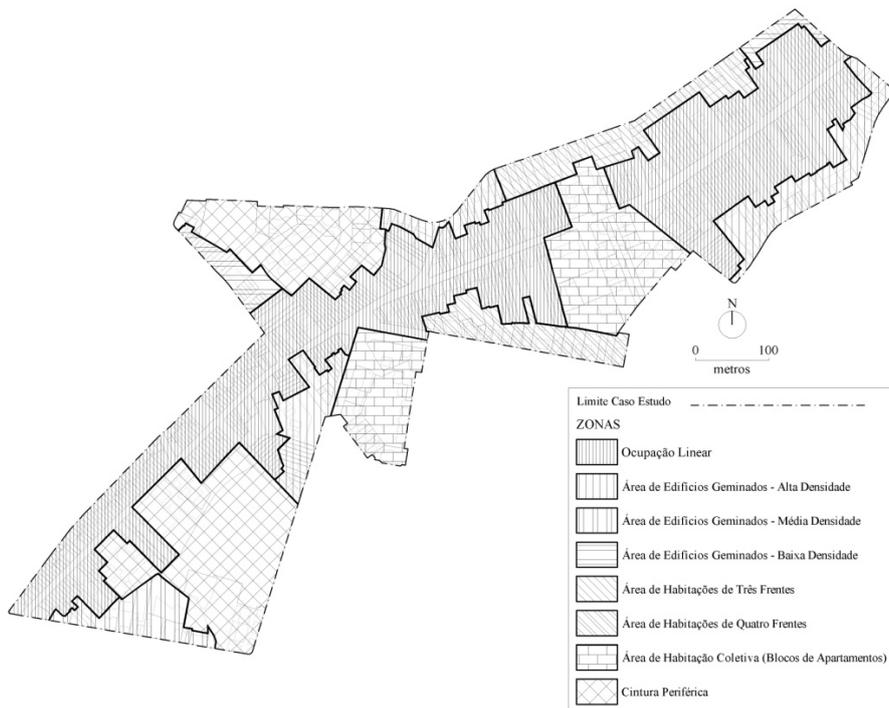


Figura 3. Zonamento elaborado a partir do conceito de Região Morfológica.

dimensões), no primeiro caso (PDM) a rua é entendida por partes. A isto não é alheio o facto de na leitura do primeiro zonamento a unidade fundamental ser o quarteirão.

A segunda diferença fundamental prende-se com uma leitura dos ‘grandes elementos’ que estruturam a cidade. Se no primeiro caso esta leitura não existe, no segundo caso há um

reconhecimento das cinturas periféricas (*fringe belts*) como elementos estruturadores do espaço urbano e reveladores da história urbana da cidade. No primeiro caso, as partes de uma cintura periférica da cidade não são identificadas como tal, sendo remetidas para a Área de Edificação Isolada e para a Área de Equipamento.

Como foi dito anteriormente, o PDM do Porto

é um caso excecional na prática de planeamento em Portugal no que se refere ao modo como lida com as formas urbanas existentes e com o desenho das formas urbanas futuras. O caso de estudo de Costa Cabral mostra que é possível melhorar este zonamento tipológico através da aplicação do conceito de região morfológica. No entanto, revela também uma importante limitação da aplicabilidade deste conceito – a aplicação a uma cidade com a dimensão do Porto, ou a outra de dimensão semelhante, consome demasiados recursos humanos e financeiros.

A regulação da transformação urbana das cidades Portuguesas assente num mecanismo de zonamento meramente funcional tem conduzido a uma desregulação da produção das formas urbanas com consequências visíveis em todo o território Português. A necessidade de mudança de paradigma, de um zonamento funcional para um zonamento tipo-morfológico, à semelhança do proposto no PDM do Porto, é urgente. Nesse sentido, importa continuar a debater o potencial que o conceito de região morfológica poderá ter para a preparação de Planos Diretores Municipais efetivamente ‘baseados na forma urbana’.

Referências

- Conzen, M. R. G. (1960) *Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis*, Institute of British Geographers Publication 27 (George Philip, London).
- Conzen, M. R. G. (1975) ‘Geography and townscape conservation’, in Uhlig, H. and Lienau, C. (eds) *Anglo-German Symposium in Applied Geography, Giessen-Würzburg-München* (Lenz, Giessen) 95-102.
- Oliveira, V. (2006) ‘The morphological dimension of municipal plans’, *Urban Morphology* 10, 101-113.
- Oliveira, V., Silva, M. e Samuels, I. (2014) ‘Urban morphological research and planning practice: a Portuguese assessment’, *Urban Morphology* 18, 23-39.
- Oliveira, V., Monteiro, C. e Partanen J (2015) ‘A comparative study of urban form’, *Urban Morphology* 19.
- Whitehand, J.W.R. (2009) ‘The structure of urban landscapes: strengthening research and practice’, *Urban Morphology* 13, 5-27.

1º Workshop de morfologia urbana / PNUM: diferentes abordagens no estudo da forma urbana

O primeiro *workshop* de Morfologia Urbana do PNUM, ‘Diferentes abordagens no estudo da forma urbana’, realizar-se-á na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, de 30 de Junho a 4 de Julho de 2015.

O *workshop*, com a duração de uma semana, destina-se a estudantes, académicos, investigadores e profissionais nas áreas da arquitetura, geografia, planeamento e história. O objetivo do *workshop* é dar a conhecer aos participantes um conjunto de teorias, conceitos e métodos de análise da forma física das cidades.

No primeiro dia, serão apresentadas aos participantes as diferentes abordagens morfológicas – Abordagem Histórico-Geográfica (Escola Conzeniana), Abordagem Tipológica Processual (Escola Muratoriana), *Space Syntax* e *Spatial Analysis* – e o caso de estudo, a cidade do Porto. Ao final do dia, cada participante deverá escolher uma abordagem morfológica. Os participantes serão então divididos em diferentes grupos de acordo com a abordagem escolhida. Nos dias seguintes, cada grupo, orientado por um professor, deverá trabalhar no caso de estudo utilizando a abordagem escolhida. No último dia, realizar-se-á um exercício comparativo entre as

diversas abordagens no sentido de evidenciar as potencialidades, e as eventuais fragilidades, de cada uma delas, bem como as complementaridades fundamentais tendo em vista uma utilização integrada. A(s) melhor(es) prestação(ões) no *workshop* será(ão) recompensada(s) com a participação no ISUF2015-Roma a realizar-se entre 22 a 26 de Setembro de 2015.

A comissão organizadora do *workshop* é constituída por Vítor Oliveira (Universidade do Porto) – coordenação, David Viana (Escola Superior Gallaecia, Escola Superior Artística do Porto), Marco Maretto (*Università degli Studi di Parma*) e Teresa Marat-Mendes (Instituto Universitário de Lisboa). O conselho consultivo é constituído por Giancarlo Cataldi (*Università degli Studi di Firenze*), Giuseppe Strappa (*Sapienza Università di Roma*), Frederico de Holanda (*Universidade de Brasilia*) e Jeremy Whitehand (*University of Birmingham*).

Os valores de inscrição no *workshop* são 150 €, inscrição normal, e 100€, inscrição para estudantes de licenciatura, mestrado e doutoramento. O período de inscrição decorrerá entre 1 de Janeiro e 31 de Maio.